

CARACTERIZAÇÃO DO FENÔMENO DA COMPARTIMENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM INVESTIGAÇÕES POLICIAIS CONDUZIDAS PELA POLÍCIA FEDERAL

CARACTERIZACIÓN DEL FENÓMENO DE LA COMPARTIMENTACIÓN DE LA INFORMACIÓN EN LAS INVESTIGACIONES POLICIALES REALIZADAS POR LA POLICÍA FEDERAL

CHARACTERIZATION OF THE PHENOMENON OF INFORMATION COMPARTMENTALIZATION IN POLICE INVESTIGATIONS CONDUCTED BY THE FEDERAL POLICE

Submetido em 08.10.2021

Aceito em 21.12.2023

AURÉLIO JULBERT DE ASSIS RUPRECHT

ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

POLÍCIA FEDERAL, DISTRITO FEDERAL, BRASÍLIA

ajar1971@gmail.com



<http://lattes.cnpq.br/7634683095366062>



<https://orcid.org/0000-0003-3078-7935>

MOISÉS LIMA DUTRA

DOUTOR EM COMPUTAÇÃO

PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.

moises.cin.ufsc@gmail.com



<http://lattes.cnpq.br/1973469817655034>



<https://orcid.org/0000-0003-1000-5553>

RESUMO

Uma das características mais notórias dos inquéritos policiais é o sigilo, que pressupõe o uso da técnica da compartimentação de informações durante o conjunto de diligências que compõem a apuração criminal. Compartimentar a informação significa facultar o acesso aos objetos de investigação a um subgrupo de policiais que possuem a necessidade funcional e atribuição oficial de conhecer as informações associadas a esses objetos. O presente texto apresenta síntese de uma pesquisa de dissertação de abordagem descritiva que adotou a Teoria Fundamentada em Dados para colacionar e analisar as evidências científicas que possibilitassem caracterizar a compartimentação da informação em investigações policiais como é praticada pela Polícia Federal no Brasil, buscando também aprofundar o conhecimento sobre o tema. Como instrumentos de coleta de dados foram aplicados questionários, realizadas entrevistas intensivas e obtidos dados dos sistemas de informação da instituição. A pesquisa demonstrou a imprescindibilidade do uso da compartimentação da informação na manutenção do sigilo, contudo, apesar disso, também evidenciou que a forma como essa técnica tem sido empregada acarreta limitações ao alcance dos trabalhos da Polícia Federal. A pesquisa aponta que tais limitações podem ser mitigadas com a execução correta da técnica da compartimentação da informação apoiada em sistemas de informação. Outra importante conclusão da pesquisa é a falta de estudos científicos sobre o tema, expondo uma lacuna de conhecimento que pode ser explorada por diversos ramos das ciências, como a Ciência Policial.

PALAVRAS-CHAVE: Compartimentação da informação. Investigação policial. Sigilo. Acesso à informação. Polícia Judiciária.

RESUMEN

Una de las características más notorias de las investigaciones policiales es el secreto, que presupone el uso de la técnica de compartimentar la información durante el conjunto de diligencias que componen la investigación criminal. Compartimentar la información significa brindar acceso a los objetos de investigación a un subgrupo de policías que tienen la necesidad funcional y la atribución oficial de conocer la información asociada a estos objetos. El presente texto presenta una síntesis de una investigación de disertación con enfoque descriptivo y que adoptó la Teoría Fundamentada en Datos para cotejar y analizar las evidencias científicas que permitieran caracterizar la compartimentación de la información en las investigaciones policiales tal como la practica la Policía Federal en Brasil, buscando también profundizar en el conocimiento sobre el tema. Como instrumentos de recolección de datos se aplicaron cuestionarios, se realizaron entrevistas intensivas y se obtuvieron datos de los sistemas de información de la Institución. La investigación demostró la indispensabilidad del uso de la compartimentación de la

información en el mantenimiento del secreto, sin embargo, a pesar de eso, también mostró que la forma en que esa técnica ha sido utilizada conlleva limitaciones al alcance del trabajo de la Policía Federal. La investigación sugiere que tales limitaciones pueden ser mitigadas con la correcta ejecución de la técnica de compartimentación de la información apoyada en los sistemas de información. Otra conclusión importante de la investigación es la falta de estudios científicos sobre el tema, exponiendo un vacío de conocimiento que puede ser explorado por varias ramas de la ciencia, como la Ciencia Policial.

PALABRAS CLAVE: Compartimentación de la información. Investigación policial. Secreto. Acceso a la información. policía judicial.

ABSTRACT

One of the most notorious characteristics of police investigations is secrecy, which presupposes the use of the technique of compartmentalizing information during the steps that make up the criminal investigation. Compartmentalizing information means providing access to investigation objects to a subgroup of police officers with the functional need and official attribution to know the information associated with these objects. The present text presents a synthesis of a dissertation research with a descriptive approach which adopted Grounded Theory in Data to collate and analyze the scientific evidence that would make it possible to characterize the compartmentalization of information in police investigations as practiced by the Federal Police in Brazil, also seeking to deepen knowledge on the topic. As data collection instruments, questionnaires were applied, intensive interviews were carried out, and data was obtained from the Institution's information systems. The research demonstrated the indispensability of the use of information compartmentalization in the maintenance of secrecy; however, despite this, it also showed that the way in which this technique has been used entails limitations to the scope of the work of the Federal Police. The research suggests that such limitations can be mitigated with the correct execution of the information compartmentalization technique supported by information systems. Another important conclusion of the research is the lack of scientific studies on this subject, exposing a knowledge gap that can be explored by several branches of science, such as Police Science.

KEYWORDS: Information compartmentalization. Police investigation. Secrecy. Information access. Judicial Police.

1. INTRODUÇÃO

A compartimentação da informação nas investigações policiais pode ser descrita como a negativa de acesso às informações produzidas por uma equipe de investigação a todos que não façam parte daquela equipe. A técnica preceitua que a investigação policial e suas diligên-

cias sejam organizadas e distribuídas de forma que somente as pessoas que têm necessidade por dever de ofício de conhecer as informações tenham acesso a elas e somente na medida suficiente e necessária para o desempenho de suas tarefas. Com a aplicação da compartimentação da informação é possível que várias investigações tenham um mesmo objeto sem que nenhuma delas tenha ciência disso, o que traz como consequências o retrabalho, a duplicação de diligências, a perda de economicidade, a má alocação de recursos humanos e financeiros, o não uso racional das informações produzidas por diferentes investigações, dentre outras. No âmbito da Polícia Federal (PF), essas características são potencializadas quando se considera que existem em andamento 86.158 inquéritos sendo conduzidos pelas 125 unidades do órgão em todo o Brasil¹.

O estudo científico do fenômeno da compartimentação da informação em investigações policiais visa, para além da simples observação empírica, lançar luzes sobre este tema e mostrar suas características e efeitos sobre a investigação policial. Além disso, pode servir de base para se propor novas práticas que venham impactar positivamente as investigações policiais conduzidas pela PF em termos de alcance dos resultados e redução de custos operacionais.

O presente trabalho sintetiza a dissertação de mestrado acadêmico “A compartimentação da informação em investigações policiais: aspectos do sigilo e do controle de acesso à informação em investigações conduzidas pela Polícia Federal” (RUPRECHT, 2021), defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PG-CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fruto de convênio firmado entre a PF e a UFSC. A pesquisa de dissertação teve o objetivo de analisar o fenômeno da compartimentação da informação produzida ou descoberta pelas investigações policiais conduzidas pela Polícia Federal.

O fato motivador deste estudo foi a percepção do autor sobre uma característica da atividade de polícia judiciária: o não compartilhamento de informações entre diferentes atividades exercidas pela PF e, em especial, entre diferentes investigações criminais dirigidas pelo

¹ Dados fornecidos pela Corregedoria-Geral de Polícia Federal, setor ligado à Direção-Geral da PF, referentes ao dia 12 de maio de 2021.

órgão. Esse não compartilhamento de informações se dá em função de várias razões, mas principalmente por causa da necessidade de se observar nas investigações policiais o sigilo, aspecto que tem na compartimentação da informação sua principal ferramenta de manutenção. Nesse contexto, o pesquisador questiona se há casos nos quais a compartimentação da informação poderia limitar o desempenho de uma investigação policial justamente porque impediria o acesso a informações produzidas por equipes congêneres sobre fatos e pessoas em comum. Para se responder a essa questão, o trabalho que se descreve investigou a dinâmica da compartimentação da informação aplicada a investigações policiais. Procurou-se responder à seguinte questão: quais são os principais aspectos do fenômeno da compartimentação da informação aplicada às investigações policiais conduzidas pela Polícia Federal no Brasil?

Este artigo está dividido em sete seções. Além da introdução, apresenta-se a fundamentação teórica na seção 2; a metodologia utilizada, na seção 3; a forma como os dados foram coletados e tratados, na seção 4; a descrição do tratamento que se aplicou aos dados usados na pesquisa, na seção 5; os principais resultados e discussões, a seção 6; por fim, na sétima e última seção, as conclusões do estudo, contribuições e limitações da pesquisa e suas perspectivas futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Ciência da Informação (CI) emprestou os fundamentos teóricos sobre os quais foi construída a pesquisa. A CI é uma área de estudo que surgiu em meados do Século XX, sendo reconhecidos como alguns de seus principais marcos temporais a publicação, em 1945, do artigo intitulado *As We May Think*, de Vannevar Bush (SARACEVIC, 1996), a mudança de nome do *American Documentation Institute para American Society for Information Science*, em 1968 (CAPURRO, 2007) e o surgimento do artigo *Information Science: What is it?* (ARAÚJO, 2014). Ao longo de sua existência, pesquisadores têm se esforçado em definir os campos de estudo e de domínio da CI oferecendo uma rica discussão com diferentes conceituações em função de variáveis como o momento em que foram criadas, a formação do pesquisador e a área em que atuam (ZINS, 2007; RABELO, 2008). A

seguir são apresentadas definições sobre a CI do ponto de vista de Borko, Saracevic e Le Coadic, três dos autores mais citados na área. Borko (1968) fala sobre o domínio e o objeto da CI:

CI é a disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação [...] (BORKO, 1968, p. 3).

Saracevic (1996) se refere à CI a partir das perspectivas de aplicação prática, profissional e acadêmica:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Para Le Coadic (1996),

A Ciência da Informação [...] tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, mais precisamente a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção dos produtos e sistemas que permitam sua construção, comunicação, armazenamento e uso. (LE COADIC, 1996, p. 26).

O Quadro 1 apresenta um comparativo entre os elementos domínio e objeto das conceituações acima expostas.

QUADRO 1 - COMPARATIVO DOS ELEMENTOS DE DOMÍNIO E OBJETO ENTRE BORKO, SARACEVIC E LE COADIC

AUTOR	OBJETO	DOMÍNIO
Borko (1968)	Origem, coleta, organização, estocagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação.	Investigação sobre as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la.
Saracevic (1996)	Efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.	Questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos.
Le Coadic (1996)	As propriedades gerais da informação, tais como a natureza, gênese e efeitos.	A análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção dos produtos e sistemas que permitam sua construção, comunicação, armazenamento e uso.

Fonte: O autor.

A pesquisa aqui relatada considera que a interpretação dada por Saracevic está mais próxima do seu objeto de estudo, a compartimentação da informação. Sobretudo pela abordagem relativa às questões da prática profissional envolvidas na “efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto institucional do uso e das necessidades da informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47).

2.1 A INFORMAÇÃO SEGUNDO A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

De acordo com Saracevic e Wood (1981), a informação é um fenômeno básico comum a todos os seres vivos, individualmente ou tomados em sociedade. Por essa característica, é grande o número de definições possíveis para o termo, de maneira não mutuamente excludente, mas sim complementar (SARACEVIC; WOOD, 1981). Silva e Gomes (2015) sintetizaram diferentes definições dadas para o termo informação por estudiosos da CI.

QUADRO 2 - CONCEITOS DE INFORMAÇÃO POR AUTORES DA CI

AUTOR	CONCEITO
Jesse Shera (1971)	A informação é baseada na trindade do atomismo, significando a operação tecnológica; conteúdo (aquilo que é transmitido); e o contexto (o ambiente social e cultural), que define as características dos dois primeiros aspectos.
Tefko Saracevic e Judith Wood (1986)	Informação consolidada - conjunto de mensagens; sentido atribuído aos dados; é um texto estruturado; adquire naturalmente valor na tomada de decisões.
Gernot Wersig (1993)	Informação é conhecimento em ação.
Yves-François Le Coadic (1996)	É um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual.
Maria Nélide Gonzalez de Gómez (2000)	A informação, como objeto cultural, se constitui na articulação de vários estratos (linguagem, sistemas sociais e sujeitos instituições) em contextos concretos de ação que se evidenciam como uma ação de informação. Isso ocorre em três dimensões principais: a primeira é a semântico-discursiva, em que a informação responde às condições daquilo sobre o que informa, estabelecendo relações com um universo prático-discursivo ao qual remetem sua semântica ou conteúdos; a segunda é a metainformacional, onde se estabelecem as regras de sua interpretação e de distribuição, especificando o contexto em que uma informação tem sentido; a terceira é uma dimensão infraestrutural, reunindo tudo aquilo que, como mediação, disponibiliza e deixa disponível um valor ou conteúdo de informação, através de sua inscrição, tratamento, armazenagem e transmissão.
Aldo de Albuquerque Barreto (2002)	Estruturas simbolicamente significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade.
Biger Hjørland (2002)	Conceito social de informação no âmbito da análise de domínios e comunidades discursivas.

Fonte: Adaptado de Silva e Gomes (2015).

Michael Buckland (1991) identificou os usos dados à palavra informação e os classificou em três estratos: 1) a “informação como um processo”, quando alguém recebe a informação e seu conhecimento é modificado em relação ao momento anterior; 2) a “informação como conhecimento”, o conteúdo transmitido na informação-processo; e 3) a “informação como uma coisa”, quando a palavra informação é usada para designar um objeto no qual está inserida uma mensagem, como um documento, por exemplo. A partir disso, Buckland referiu-se à “ambiguidade da informação”, sugerindo várias formas de percebê-la: quando

a intenção é a de que usuários se tornem bem-informados (informação-como-processo); quando o resultado desse processo se torna conhecimento (informação-como-conhecimento); e o meio pelo qual a informação é manipulada, operacionalizada, armazenada e recuperada é a informação física (informação-como-coisa) (BUCKLAND, 1991).

No âmbito da pesquisa, informação em investigações policiais é o conhecimento produzido ou descoberto por investigações de polícia judiciária sobre fatos e pessoas a eles relacionadas, incluindo também dados sobre as questões administrativas e operacionais da investigação. O conceito de informação em investigações policiais apresenta a ambiguidade proposta por Buckland (1991), pois às vezes ela é um processo em si, outras vezes esse processo gera conhecimento novo sobre o objeto da investigação e, por fim, se percebe a informação como coisa, quando ela é manipulada no escopo de uma investigação.

2.2 INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E INQUÉRITO POLICIAL

A investigação criminal é o conjunto de atos oficiais ou diligências preliminares ao processo penal, devidamente formalizadas e tidas nos limites da lei que buscam apurar se determinado fato é tipificado como crime e em caso positivo determinar as circunstâncias, a autoria, as vítimas e outros elementos, coletando provas que poderão ser utilizadas na persecução penal (GARCEZ, 2017). Para Perazzoni (2020), a investigação policial significa coletar evidências sobre o fato em apuração para, a partir delas, construir hipóteses investigativas, as quais podem vir a ser analisadas também à luz de outras evidências que forem surgindo ao longo da investigação. Ao se analisar as hipóteses investigativas, vai-se produzindo novo conhecimento ou reformando e integrando conhecimento preexistente, inclusive a própria hipótese inicial, caracterizando-se como um processo cíclico e dinâmico. A investigação criminal é, dessa forma, a busca pela verdade, onde a verdade é a consistência entre as hipóteses investigativas e o conhecimento produzido pela investigação. A busca pela verdade, por meio das sucessivas testagens das hipóteses, é que vai nortear a investigação criminal (PERAZZONI, 2020). Quando o Estado toma ciência do cometimento de possível ilícito penal, começa a agir na intenção de averiguar se o fato é considerado ilícito ou não. Em caso positivo, deve buscar, pela apuração dos fatos, os elementos que demonstrem sua autoria e outros dados importantes para punir os responsáveis. Essa atividade estatal de

elucidação de um crime é chamada *persecutio criminis* ou perseguição criminal (MOUGENOT, 2019).

A perseguição criminal tem três fases: (i) a investigação preliminar, que compreende a investigação sobre a prática do ilícito; (ii) a ação penal, que é o direito de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo a um caso concreto, além de ser o direito público subjetivo da Administração de pleitear junto ao Judiciário a aplicação do direito penal objetivo, com a consequente satisfação da pretensão punitiva; e (iii) a fase da execução penal, que é a aplicação da pena imposta ao condenado após a ação penal (MOUGENOT, 2019; CAPEZ, 2020). A fase da perseguição criminal que interessa a este trabalho é a investigação preliminar. O Código de Processo Penal (CPP) de 1941 denominou a investigação preliminar de ‘inquérito policial’, “em clara alusão ao órgão encarregado da atividade” (LOPES JÚNIOR; GLOECKNER, 2014, p. 222). Pode-se então perceber o inquérito policial como a primeira parte da perseguição criminal quando conduzida por órgão de polícia judiciária.

2.3 A COMPARTIMENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Doutrina de Inteligência Policial da PF define compartimentação como um subprincípio do sigilo e que tem a finalidade de direcionar a atividade de inteligência apenas àqueles profissionais que tenham a necessidade de conhecê-la (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). A origem do conceito de compartimentação está associada à necessidade de manter sigilosas informações que dão algum tipo de vantagem competitiva a um país, podendo ser de ordem econômica ou comercial, bélica, de influência geopolítica, ou de defesa contra agressões estrangeiras, e cuja divulgação possa trazer grandes prejuízos ao Estado. Dessa forma, o principal objetivo da técnica é esconder informações de adversários (JAVORSEK II *et al.*, 2015).

Prunckun (2019) mostra que a compartimentação é um conceito relativo ao particionamento da informação e à seleção daqueles que terão permissão de acesso. O National Defense Research Council (NDRC), órgão dos Estados Unidos da América (EUA), introduziu

formalmente o conceito de compartimentação das informações relativas às pesquisas de desenvolvimento das primeiras bombas nucleares (Projeto Manhattan), por meio do qual cientistas não deveriam ter acesso a informações classificadas, exceto o necessário para o desempenho das tarefas específicas que foram a eles confiadas (JAVORSEK II *et al.*, 2015). A preocupação dos governos com a proteção de informações que lhes dão vantagens sobre outras nações vem desde a Antiguidade, quando a informação estratégica era somente de ordem militar e diplomática. Com o advento da Segunda Guerra Mundial, seu alcance global e as inovações científicas que ela provocou, aumentaram-se as proteções sobre tecnologias de armamentos, como por exemplo a tecnologia de armas nucleares (SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Antes do início da Segunda Guerra Mundial, em 1938, já se conhecia os experimentos científicos alemães sobre a fissão do núcleo do átomo e seu potencial para fins bélicos. Preocupados com a possibilidade de a Alemanha nazista desenvolver primeiro uma arma nuclear, cientistas europeus refugiados nos EUA durante a Segunda Guerra, e que trabalhavam em pesquisas para o desenvolvimento da bomba nuclear americana, voluntariamente procuraram classificar informalmente suas pesquisas sobre a fissão do átomo de Plutônio, evitando publicar seus resultados. Inauguraram, assim, um sistema de compartimentação da informação (JAVORSEK II *et al.*, 2015).

Com o fim da Segunda Guerra, o mundo observou o surgimento de uma polarização político-ideológica contrapondo EUA à URSS, resultando numa disputa por áreas de influência regional entre esses dois atores, o que se convencionou chamar de Guerra Fria. A Guerra Fria impulsionou as reformas nos sistemas de segurança da informação e de Inteligência dos EUA, que se tornou mais fechado e austero, centrado em proteger segredos norte-americanos das ameaças de uma “agressiva política de espionagem da KGB” (SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007). Essas ameaças levaram o governo norte-americano a proteger e compartimentar informações sensíveis, aplicando classificação intensa e rígida, tendo como resultados agências de inteligência fortemente fechadas em si mesmas e o surgimento de uma hierarquia de controle pela qual informações são divididas com o menor número de pessoas possível, com credenciais de acesso limitado e que tenham a necessidade de conhecer especificamente a

informação a ser dividida por dever de ofício (SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007).

Para se compreender a compartimentação é necessário discorrer sobre a técnica da classificação de informações e sobre o princípio *need to know* ou “necessidade de saber”, do qual derivam as duas técnicas (compartimentação e classificação). O princípio *need to know* determina que o acesso a informações sensíveis e/ou classificadas só deve ser permitido às pessoas que tenham comprovadamente a necessidade de conhecê-las relacionada obrigatoriamente à execução de atividade a elas atribuída ou em função de sua capacidade de contribuir para um projeto (HAMMOND, 2010; PRUNCKUN, 2019). A operacionalização do princípio *need to know* consiste na classificação das informações ou projetos sensíveis de acordo com os danos que sua divulgação poderia causar ao Estado ou à sociedade no caso de sua divulgação sem autorização. A classificação de informações na atividade de Inteligência consiste em identificar todas as informações sensíveis e atribuir a elas níveis de classificação (PRUNCKUN, 2019). Ainda de acordo com Prunckun (2019), de um modo geral há cinco níveis de classificação da informação usados por agências de inteligência estatais ou por empresas que atuam na área, conforme apresentado no Quadro 3.

QUADRO 3 - NÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

NÍVEL	DESCRIÇÃO
<i>Top secret</i>	Classifica-se uma informação ou projeto nesta categoria se há considerável expectativa de que sua divulgação cause “dano excepcionalmente grave” ao Estado ou à sociedade.
<i>Secret</i>	São informações cuja divulgação se considera razoavelmente capaz de causar “sérios danos” ao Estado ou à sociedade.
<i>Restricted (or protected or confidential)</i>	Refere-se a informações ou materiais que, se divulgados, espera-se que causem algum grau de dano ao Estado ou à sociedade.
<i>Sensitive but unclassified</i>	Informações que podem ser usadas por adversários.
<i>Unclassified</i>	Sua divulgação não tem potencial de causar dano algum.

Fonte: Adaptado de Prunckun (2019).

Essa classificação pode variar de país a país e, num mesmo país, entre diferentes agências. Para cada nível de classificação da informação há um nível de posição na hierarquia burocrática do Estado apta a

acessá-la, assim só ocupantes de cargos de alto escalão no Governo podem ter acesso a informações classificadas como *Top Secret*, por exemplo, aumentando-se o número de pessoas que têm acesso na medida em que se diminui o nível de classificação da informação ou projeto (PRUNCKUN, 2019). O processo de compartimentação da informação necessita que primeiro a informação seja classificada em níveis de sigilo, após isso, se aplica o princípio *need to know*. A aplicação dessas duas técnicas permite o compartilhamento de informações que são necessárias para uma determinada equipe executar seu trabalho ou tomar uma decisão, sem que se ofereça acesso irrestrito a todo o conjunto de informações. A ideia por trás da compartimentação é simples: quanto menos pessoas tiverem acesso à informação, menores são as chances de vazamento; e, no caso de isso acontecer, mais facilmente se identifica os responsáveis pelo vazamento (JAVORSEK II *et al.*, 2015; PRUNCKUN, 2019).

2.3.1 DISFUNÇÕES DA COMPARTIMENTAÇÃO

Muitos autores têm destacado disfunções da prática de compartimentação de informações sensíveis, suas causas, consequências e custos (SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007; GOMES, 2009; HAMMOND, 2010; JAVORSEK II *et al.*, 2015; MARAS, 2017;). Pode-se citar como as principais disfunções da compartimentação da informação, segundo estes autores: o anacronismo; a compartimentação da informação como um obstáculo ao desempenho de tarefas do Estado; a compartimentação da informação como fator restritivo ao alcance das análises de inteligência; a situação em que a compartimentação da informação impede que a informação chegue exatamente a quem tem necessidade de conhecê-la; o efeito que faz com que a compartimentação comprometa a correção e completude das análises de inteligência; a dificuldade de se avaliar todas as informações ou análises à medida que se aumenta a classificação das credenciais de acesso; e a falta de acesso dos analistas a dados de sua própria agência ou mesmo de seu país. Somam-se a essas características, a questão dos custos associados ao uso da compartimentação. Quanto mais compartimentado for um projeto ou informação, maiores são os custos em pesquisa, desenvolvimento, operação, manutenção e administração dos sistemas de compartimentação (JAVORSEK II *et al.*, 2015).

Não obstante o rol de disfunções apresentadas acima, é importante lembrar que a compartimentação é uma técnica consagrada há décadas no auxílio à manutenção do sigilo de informações e operações de inteligência como visto anteriormente. Além disso, a compartimentação da informação é baseada no princípio da necessidade de conhecer. Assim, cada membro de um projeto sigiloso tem acesso apenas à porção da informação de que necessita para executar sua parte do trabalho. Se houver vazamentos, a possibilidade do projeto inteiro ser exposto é reduzida. (PRUNCKUN, 2019). Em consequência, a compartimentação também protege a fonte de informações de inteligência ao reduzir o número de pessoas que, em virtude do quanto conhecem as informações sigilosas, poderiam comprometer a integridade da fonte (GREENE, 1994). Nesse sentido, é seguro afirmar que a compartimentação da informação também protegeria os métodos de coleta de informações e a identidade dos agentes envolvidos. Além disso, a compartimentação da informação “diminui os riscos associados a agentes duplos” (LERNER, 2005).

Alternativamente à compartimentação da informação, diversos autores têm proposto que o paradigma *need to know* deva ser substituído por uma atuação das agências de inteligência voltada para a cooperação mútua e a troca de informações que se batizou de modelo *need-to-share* (UNITED STATES OF AMERICA, 2004; SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007; HAMMOND, 2010; MARAS, 2017; PRUNCKUN, 2019;). As investigações sobre o “onze de setembro” promovidas pela *National Commission on Terrorist Attacks Upon The United States* (Comissão Americana Sobre os Ataques Terroristas Contra os EUA) trouxeram a certeza de que o compartilhamento de informações precisas e significativas em tempo hábil é um imperativo nacional no combate às ameaças terroristas (UNITED STATES OF AMERICA, 2004; SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007; MARAS, 2017). Muitas pesquisas apontam propostas para a mudança do paradigma da compartimentação para um modelo de compartilhamento de informações. Enquanto algumas dessas focam a ação na cultura organizacional das agências de inteligência (MARAS, 2017), outras apontam a necessidade de reformulação do seu design organizacional (HAMMOND, 2010). Há também a indicação de se buscar um modelo que funcione como meio termo entre os dois vieses, segundo a qual, o compartilhamento de informações entre integrantes

da Comunidade de Inteligência deveria se comportar como um livre mercado de informações autorregulado, semelhante a um “mercado perfeito” como conceituado pela Economia. Por essa proposta, *need to know* e *need-to-share* são vistos como duas forças do mercado, de modo que, ao invés de se migrar de um para outro modelo, se buscaria o equilíbrio entre essas forças, tal qual a oferta e a procura são duas forças num mercado que, quando equilibradas, promovem um “mercado perfeito” (SULEK; HOWARTH; RUEBENSAAL, 2007).

3. METODOLOGIA

Quanto aos seus aspectos metodológicos a pesquisa aqui relatada é classificada de natureza aplicada e de caráter exploratório, é de abordagem qualitativa e utiliza como procedimento técnico a pesquisa descritiva. A coleta e a análise de dados foram realizadas de acordo com os pressupostos da Teoria Fundamentada em Dados (TFD).

A pesquisa se deu no universo representado pela Polícia Federal (PF) brasileira, tendo como características: (i) o estudo do fenômeno da compartimentação da informação em investigações policiais conduzidas pela Corporação; (ii) a busca por informações em setores específicos do órgão; (iii) ter policiais federais como público-alvo; e (iv) investigações policiais federais como objeto de pesquisa. Essas escolhas ocorreram porque o pesquisador labora na PF por mais de 16 anos e sua observação empírica do fenômeno pesquisado o incitou a formatar assim a pesquisa.

A técnica utilizada para coleta, tratamento e análise dos dados foi a preceituada pela Teoria Fundamentada em Dados, conforme descrita em seção específica neste texto (3.2). Uma vez que a metodologia de pesquisa seguiu a Teoria Fundamentada em Dados, por suas características de caráter qualitativo, não houve a necessidade de se calcular uma amostra da população que fosse estatisticamente relevante. Assim, participaram desta pesquisa 114 policiais federais voluntários, lotados em diferentes Estado da Federação e com ampla experiência profissional.

3.1 REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

De início aplicou-se a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), que é uma metodologia de pesquisa específica, desenvolvida para reunir e avaliar evidências científicas disponíveis relativas a um dado tópico (BIOLCHINI *et al.*, 2005). Uma RSL é um meio de se identificar, avaliar e interpretar toda a pesquisa disponível relevante para uma determinada questão de pesquisa, área temática ou fenômeno de interesse (KITCHENHAM *et al.*, 2009).

Assim, o protocolo de RSL é um planejamento que estabelece os objetivos, métodos e critérios (parâmetros) de seleção de estudos relevantes para uma análise abrangente e imparcial de uma determinada questão de pesquisa. É um documento que serve como guia para garantir rigor metodológico e transparência no processo de revisão e garante a repetibilidade da RSL.

Os parâmetros da RSL que informou a pesquisa que este trabalho descreve são:

- a) Questão orientadora: há evidências científicas que demonstrem que a compartimentação da informação em investigações policiais prejudica seus resultados?
- b) Palavras-chave: “compartimentação da informação”; “investigações policiais”; “investigações criminais”; “informações policiais”; “características”; “disfunções”;
- c) Termos de busca: (*compartmentalization AND information*) AND (*feature OR dysfunction*); *compartmentalization AND information*; *compartmentalization AND (“criminal investigation” OR “police investigation”)*;
- d) Estratégia de pesquisa: o procedimento da RSL iniciou-se com a execução das pesquisas nas bases selecionadas, usando-se os termos de busca anteriormente definidos. Após isso, foi feita uma pré-seleção para identificar os trabalhos que atenderam às descrições contidas nesse protocolo, por meio da análise da adequação temática a partir do título, do resumo e da forma, contextualização e profundidade em que é tratada a expressão “compartimentação da informação em investigações policiais”. Os textos pré-selecionados foram agrupados de acordo com os termos de busca e de acordo

com a base de dados de onde foram extraídos. Esses textos foram estudados na íntegra, sendo excluídos aqueles que não atenderam aos critérios de inclusão ou alcançaram os critérios de exclusão. A pesquisa utilizou os motores de busca contidos nas bases de dados consultadas. Foram aplicados os termos de busca predefinidos nos bancos de dados caracterizados por conterem publicações científicas e eventos de divulgação de trabalhos científicos, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciência da Informação e Ciências Policiais, e as relacionadas à produção de informação de inteligência ou investigação policial;

- e) Critérios de inclusão: foram incluídos apenas os trabalhos que apresentaram as seguintes características:
- tipo de publicação: artigos científicos publicados em periódicos especializados ou apresentados em eventos de divulgação de pesquisas científicas das áreas acima definidas;
 - artigos científicos com versão eletrônica disponível para consulta on-line de título, assunto e resumo, gratuita ou não;
 - artigos científicos escritos somente na língua inglesa;
 - artigos que relatam estudos primários;
 - artigos que cumpriram as exigências listadas anteriormente e alcançaram pelo menos 2,0 pontos (inclusive) no critério de qualidade, desde que os critérios CQ 4 e CQ 5 sejam atendidos no mínimo em parte.
- f) Critérios de exclusão: foram excluídos os trabalhos que se encaixaram nas seguintes descrições:
- não atenderam aos critérios de inclusão;
 - estudos primários que não estavam completos em sua apresentação ou pesquisas ainda sem conclusões;
 - artigos que não se relacionavam ao tema compartimentação da informação ou com pontuação “0” nos critérios de qualidade de CQ 4 e CQ 5, descritos no Quadro 4.
- g) Critérios de qualidade: o critério de qualidade dos artigos incluídos no estudo foi realizado com base na pontuação que cada artigo obteve de acordo com o Quadro 4.

QUADRO 4 - CRITÉRIOS DE QUALIDADE PARA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

TÍTULO DO ARTIGO:				
ID	CRITÉRIO	PONTUAÇÃO		
		SIM	EM PARTE	NÃO
CQ 1	O objetivo do estudo é descrito claramente?			
CQ 2	Os métodos ou técnicas usados nos estudos primários foram reportados claramente?			
CQ 3	Os resultados dos trabalhos foram descritos claramente?			
CQ 4	O estudo apresentado se relaciona aos temas: compartimentação da informação e/ou reconhecimento de entidades nomeadas ou a seus termos relacionados?			
CQ 5	A descrição do estudo, de suas técnicas, métodos, descobertas, propostas, sugestões ou achados ajuda a responder à questão de pesquisa?			

Fonte: O autor.

Obedecendo a seguinte pontuação:

QUADRO 5 - PONTUAÇÃO PARA OS CRITÉRIOS DE QUALIDADE DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS

PONTUAÇÃO		
SIM	EM PARTE	NÃO
1	0,5	0

Fonte: O autor.

- h) Campos de busca: os campos de busca selecionados para a pesquisa automática foram: título do artigo, resumo, palavras-chave e o próprio texto dos trabalhos, respeitando as características de busca de cada base. A pesquisa se deu em todos aqueles campos quando possível ou no maior número deles;
- i) Espectro temporal: não foi definido limite temporal para este estudo;
- j) Bases de dados: as bases de dados escolhidas foram IEEE; ACM; Compendex; Science Direct; Scopus; Taylor & Francis Online e Web of Science. Todas acessadas pelo Portal de Periódicos da

Capes, através do convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Contudo, a aplicação da RSL não logrou trazer evidências científicas necessárias para se atender ao problema de pesquisa. Apesar disso, a RSL serviu para aprofundar o conhecimento sobre a técnica da compartimentação da informação por meio de textos que exploraram o tema quando ele se relaciona com a atividade de Inteligência do Estado ou Inteligência Clássica. A RSL também expôs a primeira descoberta deste estudo: a escassez de pesquisas científicas sobre o fenômeno da compartimentação da informação em investigações policiais. Nas Tabelas 1 e 2 são apresentados os resultados obtidos com a RSL em relação à quantidade de textos retornados por base de dados consultada para cada termo de busca e a quantidade total de artigos retornados por termo de busca.

TABELA 1 - RESULTADOS DA RSL

Bases de dados	Quantidade de textos retornados	Termos de Busca			Totais por base
		(compartmentalization AND information) AND (feature OR dysfunction)	compartmentalization AND information	compartmentalization AND (“criminal investigation” OR “police investigation”)	
IEEE	Total	117	185	22	324
	Pré-selecionados	4	2	2	8
ACM	Total	402	551	0	953
	Pré-selecionados	2	0	0	2
COMPENDEX	Total	27	286	0	313
	Pré-selecionados	0	10	0	10
Science Direct	Total	54	145	24	223
	Pré-selecionados	6	0	0	6
Scopus	Total	28	208	7	243
	Pré-selecionados	0	1	0	1
Taylor & Francis Online	Total	66	644	81	791
	Pré-selecionados	0	5	4	9
Web of science	Total	6	63	98	167
		Termos de Busca		Total de artigos encontrados	Total de artigos pré-selecionado
		(compartmentalization AND information) AND (feature OR dysfunction)		700	12
		compartmentalization AND information		2.082	18
		compartmentalization AND (“criminal investigation” OR “police investigation”)		232	6
Totais				3.014	36

Fonte: O autor

Na Tabela 2, destaca-se que do total de 3.014 textos recuperados, apenas 36 puderam ser pré-selecionados. Desses, apenas cinco foram efetivamente considerados para contribuir com a pesquisa, de acordo com os critérios preestabelecidos pelo protocolo da RSL.

3.2 PESQUISA DESCRITIVA

Pode-se conceituar a pesquisa descritiva como uma modalidade da pesquisa científica que visa descrever as características de um fenômeno ou população, ou ainda o estabelecimento de correlação entre variáveis; um dos seus atributos mais marcantes é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2018).

Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva é uma modalidade de pesquisa científica que busca descrever, interpretar e analisar as características e os aspectos de um determinado fenômeno, sem a pretensão de explicá-lo ou de fazer generalizações. É uma modalidade de pesquisa que está presente em diversos campos do conhecimento, como na sociologia, na psicologia, na antropologia, na educação, na saúde, entre outros.

Portanto, a pesquisa descritiva é uma abordagem científica que tem como objetivo descrever uma realidade ou fenômeno, sem a intenção de explicá-lo ou generalizá-lo.

3.3 A TEORIA FUNDAMENTADA EM DADOS

A escassez de estudos científicos sobre o tema central da pesquisa revelada pela RSL motivou a procura por outras metodologias de pesquisa em substituição à baseada em evidências. A partir disso, escolheu-se a metodologia da Teoria Fundamentada em Dados (TFD).

Pode-se definir a TFD como uma estratégia de investigação científica pela qual se deriva uma teoria geral e abstrata a partir das análises de processos, ações ou interações fundamentadas no ponto de vista de seus protagonistas. É caracterizada pela sistemática coleta, codificação e categorização de dados, seu refinamento e a análise da interação entre as categorias realizados em vários estágios sucessivos.

vos até a saturação do processo que possibilitará a formulação da teoria (CHARMAZ, 2006; STRAUSS ; CORBIN, 2008; GLASER; STRAUSS, 2017;). Na TFD o pesquisador coleta dados sobre o objeto estudado através de métodos variados de natureza qualitativa e, após compará-los, codificá-los e extrair da comparação padrões ou regularidades, formam teorias que emergem desse processo de análise. O pesquisador que adota esse método não tenta testar uma teoria existente, mas entender um fenômeno (GIL, 2018). O nome “teoria fundamentada” reflete sua premissa fundamental de que os pesquisadores podem e devem desenvolver a teoria a partir de análises rigorosas de dados empíricos (CHARMAZ, 2006).

A TFD busca coletar os dados relevantes para responder à questão da pesquisa, que devem ser detalhados, focados e completos, e ainda devem relevar as opiniões e sentimentos da população participante sobre o fenômeno examinado. Seu processo analítico consiste na codificação dos dados, em desenvolver, verificar e integrar categorias teóricas que os agrupem e escrever narrativas analíticas ao longo da investigação (GLASER; STRAUSS, 2017), a codificação significa rotular os segmentos de dados de forma a descrever cada segmento, ela filtra os dados, os classifica e permite a comparação com outros segmentos de dados (CHARMAZ, 2006).


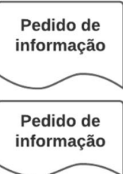

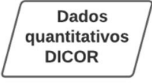


Como visto anteriormente, a pesquisa descritiva pretende descrever o objeto analisado sem a intenção de explicá-lo ou generalizá-lo, enquanto a TFD intenta conceber uma teoria que explique os fenômenos, assim a relação entre a pesquisa descritiva e a Teoria Fundamentada em Dados é que a primeira pode ser utilizada como uma das estratégias de coleta de dados para a aplicação da segunda. Na metodologia Teoria Fundamentada em Dados, a pesquisa descritiva pode ser utilizada para a coleta de dados preliminares, que servirão como base para o desenvolvimento da teoria a partir da análise dos dados coletados.

4. DA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta dos dados adotou três instrumentos diferentes: i) a aplicação de um questionário eletrônico à população-alvo; ii) consulta aos sistemas de informação da Polícia Federal sobre dados numéricos de in-

diciamentos e investigações; e iii) realização de dez entrevistas intensivas com dez policiais de diferentes cargos e escolhidos pelo pesquisador por terem ampla experiência em investigações criminais. A Figura 1 ilustra esse cenário e expõe a forma de análise de cada tipo de dado.

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA GRUPOS DE DADOS PARA A ANÁLISE

	Meios de coleta de dados	Tipos de dados coletados	Análises empreendidas
Grupo 1	 <p>Questionários eletrônicos</p>	<p>Formulário tipo Likert;</p> <p>Questões de múltiplas escolhas;</p> <p>Questões abertas.</p>	<p>Análise pelo gráfico de barras divergente</p> <p>Análise pelo gráfico de seções</p> <p>Análise pela TFD</p>
Grupo 2	 <p>Pedido de informação</p> <p>Pedido de informação</p>	 <p>Dados quantitativos INI</p>  <p>Dados quantitativos DICOR</p>	<p>Análise pelo Dashboard do MS Excel, por mapas de calor e por análise dos números</p>
Grupo 3	 <p>Entrevistas intensivas</p>	 <p>experiência</p>	<p>Análise pela TFD</p>

Fonte: O autor

O questionário eletrônico, composto de três partes, foi aplicado a 104 policiais federais voluntários, construído no aplicativo MS FORMS e distribuído por aplicativo de troca de mensagens. A primeira parte do questionário é no formato de Escala de Likert, e apresenta seis assertivas relativas à experiência policial dos respondentes com compartimentação da informação. A segunda parte do questionário eletrônico compreende uma questão de múltipla escolha, com alternativas construídas a partir de um pré-teste do questionário aplicado a uma população de policiais federais menor e diversa da que atendeu à pesquisa final. O questionário final aplicado permitia que se escolhesse mais de uma alternativa. Por fim, na última parte do questionário eletrônico, apresentou-se aos respondentes duas perguntas abertas.

As consultas aos sistemas de informação da Polícia Federal sobre dados numéricos de indiciamentos e investigações, segunda ferramenta de coleta de dados, referiram-se aos dados contidos no Sistema Palas e no Sistema de Identificação Criminal (Sinic), administrados respectivamente pela Diretoria de Combate ao Crime Organizado (Dicor) e pelo Instituto Nacional de Identificação (INI). Solicitou-se a esses setores que fornecessem uma classificação em forma de ranking das cem pessoas que mais figuravam nos sistemas com status de investigado (Palas) e indiciado (Sinic) pela PF; uma segunda consulta ao INI solicitou a quantidade de pessoas indiciadas pela PF mais de uma vez entre 2010 e 2020.

Já a análise dos dados coletados nas entrevistas intensivas (terceira ferramenta de coleta) foi dividida em duas partes: a) a primeira comparou entre si as respostas dadas por todos os entrevistados a cada pergunta; b) a segunda analisou cada entrevista individualmente e no seu todo.

O levantamento dos dados acima descritos permitiu sucessivas análises e discussões que produziram os resultados desta pesquisa.

5. DO TRATAMENTO DOS DADOS

Nesta subseção se pormenoriza a forma como se tratou os dados coletados, assim, quanto ao questionário aplicado, as respostas obtidas pela questão estruturada de acordo com a Escala de Likert foram dispostas em gráficos do tipo barras agrupadas divergentes, o mais indicado para análise desse tipo de conjunto de dados e analisadas de acordo com a porcentagem de cada tipo de resposta a cada item.

As respostas dadas à questão de múltipla escolha foram registradas num gráfico do tipo pizza e analisadas as porcentagens de cada proposição de forma absoluta e em comparação entre si. As respostas às questões abertas do questionário foram tratadas pela “codificação qualitativa”, metodologia presente na TFD que consiste em codificar segmentos de dados que representam aquilo de que se trata cada um dos segmentos (CHARMAZ, 2009). Dito em outras palavras, o que se fez foi categorizar as respostas de acordo com sua ideia central, criando grupos homogêneos e atribuindo um código identificador da

natureza da mensagem a cada grupo, para fins de comparação e para fundamentar a geração de uma teoria.

O segundo grupo de dados foi formado pelas listas fornecidas pela Dicor e pelo INI com o ranking das cem pessoas mais investigadas e indiciadas pela PF, respectivamente. A análise aconteceu com auxílio do aplicativo MS Excel, por meio de *dashboards* (painéis de instrumentos) para a análise dos dados e criação de mapas coloríficos do Brasil, onde os dados foram dispostos de acordo com sua ocorrência nas diferentes Unidades da Federação e Municípios.

O terceiro conjunto de dados são os provenientes das entrevistas intensivas, sua análise se deu de duas formas, ambas seguindo os preceitos da TFD: a primeira forma procurou fazer uma comparação entre as dez respostas dadas a cada uma das sete perguntas; a segunda forma de análise das entrevistas intensivas é a análise do conteúdo de cada uma de forma absoluta, sem comparações.

A metodologia TFD indica que as respostas devem ser analisadas e agrupadas de acordo com sua ideia central característica e, por fim, se constrói uma teoria sobre o fenômeno investigado com base nos dados coletados.

Devido à impossibilidade de se reproduzir integralmente o conteúdo da dissertação neste reduzido espaço, apresenta-se a seguir alguns recortes específicos dos resultados obtidos.

6. PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO

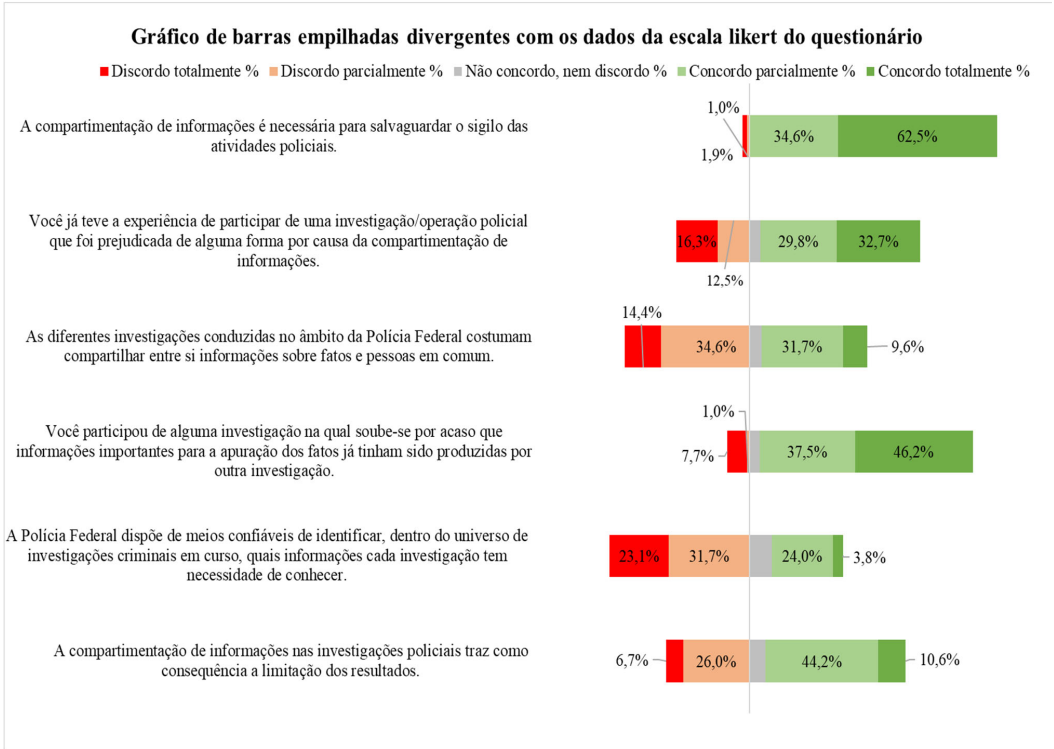
Nesta seção são apresentados os resultados mais significativos da pesquisa empreendida no âmbito da Polícia Federal.

6.1 PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS DADOS COLETADOS PELO QUESTIONÁRIO

Como visto anteriormente, o questionário eletrônico foi dividido em três partes: a) questionamentos com respostas no estilo Escala de Likert; b) pergunta de múltipla escolha; e c) perguntas abertas. O

Gráfico 1, de barras divergentes, apresenta as respostas à primeira pergunta.

GRÁFICO 1 - RESPOSTAS À PRIMEIRA PERGUNTA DO QUESTIONÁRIO



Fonte: O autor

Ao se observar as respostas, percebe-se que os dados indicam que a compartimentação da informação aplicada a investigações policiais é importante e necessária para a manutenção do sigilo dos apuratórios, com aproximadamente 96,6% dos respondentes concordando totalmente (62,5%) ou parcialmente (34,6%) com essa afirmação. Contudo, é interessante notar também que uma parcela ampla dos respondentes já vivenciou a experiência de participar de uma investigação ou operação policial que foi prejudicada de alguma forma por causa da compartimentação e/ou de descobrir que os dados levantados pela investigação já tinham sido produzidos anteriormente por outro apuratório. Observa-se também que 54,8% dos participantes entendem que a compartimentação da informação nas investigações policiais acarreta

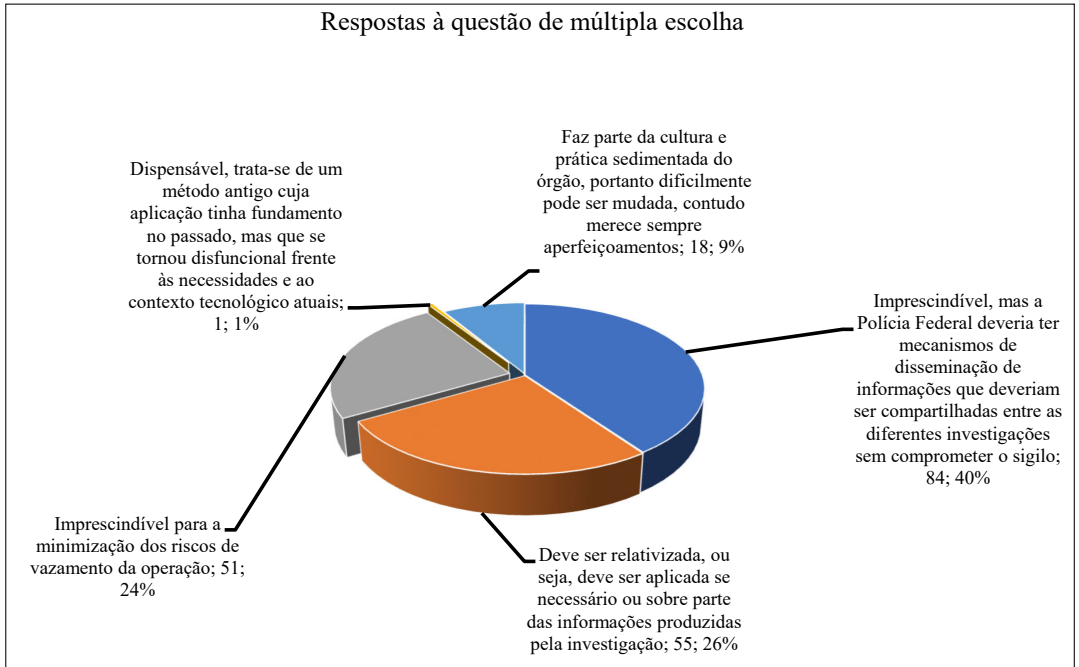
a limitação dos resultados.

Além disso, ainda sobre essa parte do questionário, tem-se a frase: “As diferentes investigações conduzidas no âmbito da Polícia Federal costumam compartilhar entre si informações sobre fatos e pessoas em comum”, que procurou mensurar se o conceito antagônico à compartimentação, o compartilhamento da informação, é observado nos trabalhos da PF. A lógica da questão é, se há compartilhamento é porque a compartimentação não acontece e vice-versa. O resultado “positivo”, ou seja, aqueles que concordam parcialmente ou totalmente com a afirmação, somam 41,3 %, enquanto os que acham que o compartilhamento não acontece totalizam 49,1%. O último enunciado, “A Polícia Federal dispõe de meios confiáveis para identificar dentro do universo de investigações criminais em curso, quais informações cada investigação tem necessidade de conhecer”, foi concebido a partir de um princípio informador da técnica da compartimentação da informação, a “necessidade de conhecer”. Destarte, se a PF não tem como identificar quem tem a necessidade de conhecer cada informação gerada pelas diferentes investigações, a compartimentação fica prejudicada porque ela pressupõe dar acesso a informações de acordo com a necessidade daquele que depende dela para executar seu trabalho. Assim sendo, o julgamento da sentença pelos respondentes firmou que 53,8% discordam dela parcialmente (23,1%) ou totalmente (31,7%), enquanto apenas 3,8% concordam totalmente.

6.1.1 DA QUESTÃO DA MÚLTIPLA ESCOLHA

A seguir, tem-se o resultado da questão de múltipla escolha do questionário (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 - RESPOSTAS À QUESTÃO DE MÚLTIPLA ESCOLHA



Fonte: O autor.

Destaca-se que as respostas mais frequentes consideram que a compartimentação da informação em investigações policiais é imprescindível. No entanto, os respondentes acreditam que ela deva ser relativizada para promover algum tipo de compartilhamento de informações entre diferentes investigações, o que corrobora parte dos resultados obtidos na primeira parte do questionário.

6.1.2 DAS PERGUNTAS ABERTAS DO QUESTIONÁRIO

Na sequência o questionário seguiu com duas perguntas abertas. Quanto aos resultados da primeira pergunta, foi possível classificar as respostas em quatro categorias: (i) respostas a favor da compartimentação; (ii) respostas que condicionam o uso da compartimentação; (iii) respostas que percebem compartimentação como negativa, acarretando prejuízos às investigações; e (iv) respostas que não julgam a compartimentação, mas apresentam sugestões sobre o tema. Nesse ponto do trabalho percebeu-se que a categoria de respostas contrárias à compartimentação é a que apresenta mais intervenções. Quanto ao

tratamento dos dados da segunda pergunta aberta, as respostas obtidas geraram definições que puderam ser categorizadas de acordo com sua mensagem central, conforme exposto na Tabela 3.

TABELA 3 - CONCENTRAÇÃO DE RESPOSTAS POR MACRO CÓDIGO

MACRO CÓDIGOS	Nº DE RESPOSTAS
Definições que se relacionam com o princípio need to know	23
Compartimentação como a negação/restrição de acesso	22
Compartimentação como sigilo absoluto e compartilhamento apenas entre os membros da equipe de investigação	22
Compartimentação como particionamento da equipe, classificação da informação e credenciamento aos níveis de acesso	14
Preocupação com vazamento de informações e com a proteção das investigações.	11
Compartimentação como o próprio sigilo	11
Compartimentação como disseminação de informações com filtros/ controle ou troca de informações	7
Compartimentação como aspecto cultural	2
A compartimentação e a acumulação de conhecimento	2
A compartimentação como ocultação de dados	1
Compartimentação como o tratamento de informações	1
Disfunção da compartimentação	1

Fonte: O autor

Dessa forma, parece razoável a extração de uma definição de compartimentação segundo a visão do policial federal, a partir do conteúdo das respostas contidas nas três primeiras categorias, por reunirem a maioria das respostas. Consequentemente se propõe que a definição de compartimentação segundo o entendimento do policial federal é: “a compartimentação da informação aplicada a investigações policiais significa restringir o acesso às informações pertinentes a uma investigação policial somente à equipe de policiais responsáveis pela sua condução, sendo possível, entretanto, franquear o acesso para outros policiais unicamente segundo sua necessidade em conhecer apenas as informações necessárias e suficientes para cumprir diligências e missões a eles atribuídas formalmente”.

6.2 PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ANÁLISES DOS DADOS OBTIDOS NOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Com relação aos dados levantados junto ao Instituto Nacional de Identificação (INI), por meio do Sistema Nacional de Identificação Criminal (Sinic), destaca-se que cerca de 25,75% das pessoas indiciadas foram indiciadas mais de uma vez, como se verifica na Tabela 4.

TABELA 4 - NÚMERO DE INDICIAMENTOS PELO NÚMERO DE VEZES QUE A PESSOA FOI INDICIADA

Nº DE INDICIAMENTOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
1	301.226	74,25%
2	50.724	12,50%
3	17.760	4,38%
4	8.664	2,14%
5	5.155	1,27%
6	3.402	0,84%
7	2.100	0,52%
8	1.880	0,46%
9	1.116	0,28%
10+	13.659	3,37%
Total	405.686	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa obtidos pelo Instituto Nacional de Identificação (2021).

Essa constatação foi aplicada ao número de indiciamentos realizado pela PF entre 2010 e 2020 (Tabela 5).

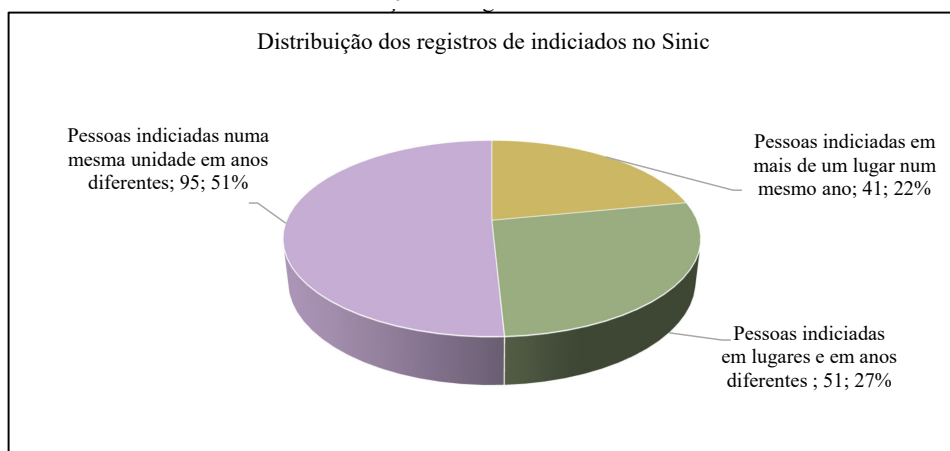
TABELA 5 - TOTAL DE INDICIAMENTOS, INDICIADOS E INQUÉRITOS INSTAURADOS PELA PF SEGUNDO O ANO DE INSTAURAÇÃO ENTRE 2010 E 2020

	Ano da Instauração										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Indiciamentos	50.800	48.629	47.002	43.781	40.826	42.241	38.251	33.050	26.366	18.878	15.862
Indiciados	46.964	44.859	42.591	40.663	38.188	38.688	35.516	30.863	24.864	17.720	15.362
Inquéritos	27.297	26.306	25.506	24.223	23.251	23.882	22.292	20.321	16.486	12.261	9.854
25% de indiciados mais de uma vez	12.093	11.551	10.967	10.471	9.833	9.962	9.145	7.947	6.402	4.563	3.956

Fonte: O autor

Assim, por aproximação, pode-se se ter uma ideia de quantas pessoas foram indiciadas, a cada ano, mais de uma vez pela PF. Pode-se também presumir que em alguns casos (muitos talvez) uma pessoa tenha sido investigada e indiciada por diferentes unidades da PF, ao mesmo tempo ou não, sem que nenhuma das unidades tenha tido ciência disso. Essa presunção é robustecida quando se observa a classificação fornecida pelo INI, com as pessoas mais indiciadas pela PF (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS REGISTROS de indiciados no Sinic



Fonte: O autor

Considerando que muitos indiciados aparecem em mais de uma categoria, observa-se como se dá a dinâmica do evento de se ter uma pessoa indiciada mais de uma vez pela PF.

6.3 PRINCIPAIS RESULTADOS DAS ANÁLISES DAS ENTREVISTAS INTENSIVAS

A análise das entrevistas intensivas expôs muitos dados relevantes, entre os quais se destacam quatro temas recorrentes. O primeiro corrobora o que já havia sido descoberto anteriormente na pesquisa: que a compartimentação da informação é necessária, mas pode prejudicar as investigações justamente por obstaculizar a troca de informações sobre elementos em comum a duas ou mais investigações. Também se constatou nessa parte da análise a carência percebida pelos entrevistados de um sistema de informações que forneça elementos sobre o conhecimento já construído pela PF sobre fatos investigados e

pessoas a eles relacionadas, presente em investigações encerradas e/ou em andamento.

Os entrevistados também relataram que é comum diferentes investigações conduzidas pela PF investigarem um mesmo fato criminoso e que é esperado que esse fenômeno aconteça por vários motivos: a natureza sigilosa das investigações policiais, as características de circunscrição e capilaridade das unidades da PF espalhadas pelo Brasil, suas atribuições e dimensões, mas também por causa de particularidades das organizações criminosas modernas. Por fim, a análise das entrevistas mostrou que muitas das pessoas investigadas e mesmo indiciadas voltam a praticar de forma recorrente os mesmos tipos de crimes, sempre que têm a oportunidade. Além do mais, muitas dessas pessoas se tornam especialistas num determinado tipo de ilícito, sendo arregimentadas por diferentes organizações criminosas, assim acabam por funcionar como hubs entre elas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os resultados das análises dos dados coletados durante a pesquisa, à luz da metodologia adotada, é possível chegar a algumas conclusões: inicialmente se destaca a de que um dos principais aspectos da compartimentação da informação em investigações policiais, da forma como é executada pela Polícia Federal atualmente, é considerá-la necessária e imprescindível para se manter em sigilo informações produzidas ou descobertas durante as investigações conduzidas pela PF. Contudo, apesar dessa primeira importante constatação, a pesquisa também concluiu que a compartimentação da informação pode acarretar prejuízos na medida em que limita o acesso de uma investigação ao conhecimento produzido por suas demais congêneres.

Examinando esse suposto contrassenso à luz das evidências científicas colhidas ao longo da pesquisa e nos termos do seu referencial teórico, conclui-se que na verdade não é a aplicação da compartimentação que traz prejuízos às investigações, mas a sua aplicação incompleta ou equivocada, já que o preceito básico da compartimentação da informação é dar acesso a informações sigilosas somente a quem tem a “necessidade de conhecer”. Consequentemente, uma aplicação

acurada da técnica pressuporia identificar quem no órgão tem a necessidade de conhecer que informação, sem o que não há como se aplicar corretamente a técnica.

A pesquisa identificou que uma possível solução para essa disfunção percebida na aplicação da compartimentação da informação passaria pela implementação de um sistema de informações que fosse capaz de promover a troca de informações entre investigações que tenham objetos em comum, orientado pelo princípio da “necessidade de conhecer”, de maneira que reconhecesse que investigações em curso teriam a necessidade de conhecer uma determinada informação produzida e a entregasse, de forma sigilosa, somente às equipes que dela necessitam. Por fim, se junta às principais conclusões da pesquisa a descoberta de que a compartimentação da informação em atividade policial é um tema pouco explorado por pesquisas científicas. Ou seja, há uma lacuna de conhecimento que pode e deve ser preenchida, com a exploração em novos trabalhos de vertentes não aprofundadas durante a pesquisa de dissertação.

7.1 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A principal contribuição dessa pesquisa reside no estudo e análise de um objeto pouco explorado cientificamente até aqui: o fenômeno da compartimentação da informação em investigações policiais. A partir do estudo foi possível contribuir para o conjunto de conhecimentos científicos sobre o tópico “compartimentação da informação”, tanto no contexto prático da atividade policial no Brasil, quanto no acadêmico, em relação à Ciência da Informação e à Ciência Policial. Por isso, acredita-se, foi aberto um flanco de pesquisa até então inexplorado.

As contribuições para a sociedade se dão na medida em que o estudo joga luz sobre um importante aspecto das investigações policiais desenvolvidas pela Polícia Federal. Portanto, a pesquisa em si e principalmente seus resultados têm a possibilidade de impactar positivamente no desempenho da instituição, ofertando-lhe conhecimento científico sobre uma de suas principais atividades. Esse impacto poderá ser sentido pela sociedade na forma de investigações criminais mais

assertivas, mais curtas, menos custosas e com melhores resultados no combate ao crime organizado.

7.2 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Uma das limitações deste trabalho foi a dispersão da população-alvo pelo território nacional, o que dificultou o acesso a ela. Outro fator complicador foi o momento em que a pesquisa se desenvolveu, em meio ao cenário imposto pela pandemia de Covid-19. A pandemia acabou por forçar a população-alvo deste trabalho a desempenhar suas atividades profissionais e particulares sob a égide de novas e diferentes realidades, como a do teletrabalho, em meio à necessidade de isolamento social e lockdown. Outro limitador a ser considerado foi a pequena quantidade de trabalhos científicos encontrados sobre o tema.

De maneira geral, este trabalho se propôs a ser apenas o início do estudo sobre a questão da compartimentação da informação em atividades policiais. Não houve aqui pretensão de se exaurir o tema. Conseqüentemente, alerta-se de que as conclusões desta pesquisa não podem ser usadas para fundamentar qualquer tipo de generalização a respeito do uso da compartimentação da informação em atividades de polícia judiciária no Brasil para fins normalização legal. Ao invés disso, o seu alcance deve ser compreendido e restrito ao universo das pesquisas acadêmicas, ainda que possam ser consideradas no âmbito da PF algumas das sugestões de aprimoramento das suas ferramentas institucionais afetas à investigação criminal.

Pesquisas ulteriores que pretendam construir generalizações nesta área precisarão alargar o escopo investigado, bem como analisar a dinâmica do mesmo fenômeno em outros órgãos policiais e instituições de Estado.

7.3 PERSPECTIVAS FUTURAS

Do ponto de vista da Polícia Federal, uma sugestão como perspectiva futura seria o desenvolvimento de um sistema de informação que funcionasse como um banco de dados contendo o histórico de investigações já concluídas e dados sobre apuratórios em andamento. Esse sistema poderia, ao mesmo tempo, identificar ativamente quais

investigações têm a necessidade de conhecer que informações, e contribuir para a promoção de um compartilhamento fino e seguro de vazamentos entre as partes interessadas, o que parece ser uma grande demanda identificada no estudo.

Do ponto de vista conceitual, os dados desta pesquisa sugerem que valeria à pena um esforço para rever o conceito de compartimentação da informação, de maneira a ajustá-lo plenamente ao contexto da atividade policial. Ou seja, uma nova doutrina na área, uma vez que o conceito atualmente utilizado foi herdado da atividade de inteligência clássica que tinha propósitos diferentes daqueles das investigações policiais. Sugere-se que a compartimentação da informação não deva ser adaptada a partir da clássica atividade de inteligência estatal, mas recriada para ser originariamente policial, com características próprias. Essa compartimentação da informação policial deve ter duas características aparentemente ambíguas, mas que se revelam complementares: deve proteger informações, métodos de investigação e de coleta de informações policiais e outras partes envolvidas, mas também deve ser formatada para o compartilhamento de informações entre equipes policiais, com base nos princípios da necessidade de conhecer e da necessidade de compartilhar.

Entende-se que o compartilhamento deveria ser ativo e reativo. Ativo no sentido de “procurar” por aqueles que precisam da informação, mesmo que ainda não saibam. E reativo, para dividir conhecimento com quem tem “necessidade de conhecer” certa informação e a busca. A moderna investigação policial necessita da articulação de seus recursos, inclusive e, principalmente, o da informação, para fazer frente a uma criminalidade organizada, sofisticadamente informatizada e atualizada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. O que é ciência da informação. **Informação e Informação.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/148932/172463/15958-73972-2-PB.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BIOLCHINI, J., *et al.* Systematic review in software engineering. **Technical Report**. System Engineering and Computer Science Department. COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: maio, 2005. Disponível em: <https://www.cos.ufrj.br/uploadfile/es67905.pdf>. Acesso em: 29 set.2021.
- BORKO, H. Information Science: what is it?. **American Documentation**, v.19, n.1, p. 3-5, jan. 1968. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- CAPEZ, F. **Curso de processo penal**. 27. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.
- CAPURRO, R.; H. B. Conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da informação**, v. 12, n.1, p. 148-204, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 abr. 2021.
- CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis**. London: Sage Publications, 2006. Disponível em: http://www.sxf.uevora.pt/wp-content/uploads/2013/03/Charmaz_2006.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.
- GARCEZ, W. Investigação criminal constitucional: conceito, classificação e sua tríplice função. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5136, 24 jul. 2017. Não paginado. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/58958>. Acesso em: 29 maio 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GLASER, B. G. The future of grounded theory. **Qualitative Health Research**, v. 9, n. 6, p. 836-845, nov. 1999. DOI <https://doi.org/10.1177/104973299129122199>

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory: strategies for qualitative Research**. New York: Routledge, 2017.

GOMES, R. C. Prevenir o crime organizado: inteligência policial, democracia e difusão do conhecimento. **Segurança pública e cidadania**, v. 6, n. 1. 2013. Disponível em <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RSPC/index>. Acesso em: 01 abr. 2021.

GONÇALVES, J. B. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 6. ed. rev. e atual. Niterói: Impetus, 2018.

GONZALEZ de GOMES, M. N. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/viewFile/332/332>. Acesso em: 29 maio 2021.

GREENE, D. D. **Ethical Dilemmas Confronting Intelligence Agency Counsel**, 2 Tulsa J. Comp. & Int'l L. 91 (1994).

HAMMOND, T. H. Intelligence organizations and the organization of intelligence. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 23, n. 4, p. 680-724, 31 Aug. 2010. DOI <https://doi.org/10.1080/08850601003780987>

JAVORSEK II, D. *et al.* A formal risk-effectiveness analysis proposal for the compartmentalized intelligence security structure. **International Journal of Intelligence and CounterIntelligence**, v. 28, n. 4, p. 734-761, 2015. DOI 10.1080/08850607.2015.1051830.

KITCHENHAM, B. *et al.* Systematic literature reviews in software engineering: a systematic literature review. **Information and Software Technology**, v. 51, p. 7-15, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LE COADIC, Y. **A Ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LERNER, C. S. Calling a truce in the culture wars: from enron to the CIA" (August 2005). **George Mason University School of Law Working Papers Series**. Working Paper 39. Disponível em: <https://law.bepress.com/gmulwps/art39>.

LOPES JÚNIOR, A.; GLOECKNER, R. J. **Investigação preliminar no processo penal**. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

MARAS, M. H. Overcoming the intelligence-sharing paradox: improving information sharing through change in organizational culture. **Comparative Strategy**, v. 36, n. 3, 2017. DOI <https://doi.org/10.1080/01495933.2017.1338477>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Portaria n.º 9.584-DG/PF**, de 11 de abril de 2019. Republicação no boletim de serviço n. 74, de 17 de abril de 2019. Divisão de Doutrina e Capacitação em Inteligência (Grupo de trabalho instituído em julho de 2018). [Documento interno da Polícia Federal, disponível somente na intranet da Instituição].

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Portaria n.º 880**, de 12 de dezembro de 2019. Regulamenta os procedimentos relativos ao acesso e ao tratamento de informações e documentos no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-880-de-12-de-dezembro-de-2019-233556005>. Acesso em: 1 abr. 2021.

MOUGENOT, E. **Curso de processo penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PERAZZONI, F. O inquérito policial como forma processualmente qualificada de investigação. In: PEREIRA, E. L.; ANSELMO, M. A. (org.). **Direito processual de polícia judiciária I: o procedimento de inquérito policial**. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 23-56.

PRUNCKUN, H. **Counterintelligence theory and practice**. 2. ed. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield, 2019.

RABELO, R. História dos conceitos e Ciência da Informação: Apontamentos teóricos-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. 26, 2º sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cb/article/view/1518-2924.2008v13n26p17>. Acesso em: 2 maio 2021.

RUPRECHT, A. J. de A. **A compartimentação de informação em investigações policiais: aspectos do sigilo e do controle de acesso a informações em investigações conduzidas pela Polícia Federal.** 2021. 252 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235>. Acesso em: 2 maio 2021.

SARACEVIC, T.; WOOD, J. B. **Consolidation of information: a handbook on evaluation, restructuring and repacking of scientific and technical information.** Pilot Edition, Paris: General information program and UNSIST of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1981.

SILVA, J. L. C.; GOMES H. F. Conceitos de informação na ciência da informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/145/13200>. Acesso em: 11 abr. 2021.

STRAUSS, A., CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada.** Tradução de Luciane de oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SULEK, D. D.; HOWARTH, Mc. L.; RUEBENSAAL, V. V. Connecting the dots: revealing the invisible hand for sharing information. In: **IEEE INTELLIGENCE AND SECURITY INFORMATICS**, New Brunswick, NJ, USA, 23-24 May 2007. p. 335-341. DOI 10.1109/ISI.2007.379494

UNITED STATES OF AMERICA. **The 9/11 Commission report: final report of the national commission on terrorist attacks upon the United States.** [2004]. Disponível em: <https://govinfo.library.unt.edu/911/report/index.htm>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ZINS, C. Conceptions of information science. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 58, n. 3, p. 335-350, Dec. 2007. DOI <https://doi.org/10.1002/asi.20507>.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS E DECLARAÇÕES DE AUTORIA

(*integridade científica*)

Declaração de conflito de interesse: A autoria confirma não haver conflitos de interesse na condução desta pesquisa e na redação deste artigo.

Declaração de autoria: Todos e apenas os pesquisadores que atendem os requisitos de autoria deste artigo são listados como autores; todos os coautores são integralmente responsáveis por este trabalho em sua totalidade.

Declaração de originalidade: A autoria assegura que o texto aqui publicado não foi previamente divulgado em qualquer outro local e que a futura republicação apenas será feita com expressa referência desta publicação original; também atesta(m) que não há plágio de material de terceiros ou autoplágio.

COMO CITAR (ABNT BRASIL)

RUPRECHT, A. J. A.; DUTRA, M. L. Caracterização do fenômeno da compartimentação da informação em investigações policiais conduzidas pela Polícia Federal. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, Brasília, Brasil, v. 14, n. 13, p. 85-123, set.-dez. 2023.



ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.